

## 16º Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP - 2025

### JUVENTUDE E SEUS SENTIDOS: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Maria Eduarda Merlin<sup>1</sup> e Abraão Pustrelo Damião<sup>2</sup>

1 Estudante do Curso Técnico Integrado em Química, Bolsista, PIBIFSP, Câmpus Sertãozinho, e-mail [eduarda.merlin@aluno.ifsp.edu.br](mailto:eduarda.merlin@aluno.ifsp.edu.br).

2 Doutor em sociologia, professor do IFSP, campus Barretos. E-mail [abraao@ifsp.edu.br](mailto:abraao@ifsp.edu.br)

Área de conhecimento (Tabela CNPq): 7.02.00.00-9 Sociologia

**RESUMO:** O propósito deste estudo é apresentar uma revisão bibliográfica sobre o conceito de juventude, abordando suas diversas perspectivas e a relevância de sua compreensão à formulação de políticas públicas e à análise da socialização política. A pesquisa fundamenta-se na análise de obras que são consideradas essenciais para entender a juventude como um grupo social diverso, dinâmico e impactado por desigualdades históricas e estruturais. São exploradas as visões que reconhecem os jovens como sujeitos de direitos e agentes de transformação, contrastando com perspectivas que os associam à estigmas e carências. O estudo busca justificar a importância de integrar os jovens à vida pública e política, reconhecendo suas novas formas de engajamento e a necessidade de políticas transversais que considerem as particularidades territoriais, raciais, de gênero, de orientação sexual e classe para este grupo social.

**PALAVRAS-CHAVE:** juventude; socialização política; políticas públicas; participação juvenil; revisão bibliográfica.

### YOUTH AND ITS MEANINGS: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW

**ABSTRACT:** This study presents a bibliographic review of the concept of youth, examining its multiple perspectives and relevance for public policy and political socialization. It analyzes key works that frame youth as a diverse and dynamic social group shaped by historical inequalities. The review contrasts approach that views young people as rights-bearing agents of transformation with those that reduce them to stigmas and deficiencies. The study highlights the importance of integrating youth into public and political life, acknowledging their new forms of engagement and the need for cross-cutting policies that address territorial, racial, gender, sexual orientation, and social class differences.

**KEYWORDS:** youth; political socialization; public policies; youth participation; bibliographic review.

### INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, parte de uma investigação mais ampla<sup>1</sup>, se propõe a explorar o conceito de juventude para compreender a relação entre a política e juventude, especialmente em um contexto de transformação social e tecnológica.

A juventude, longe de ser um conceito homogêneo, é um período complexo marcado por transições, desafios e potencialidades, demandando um reconhecimento de suas características, necessidades e direitos específicos (Novaes, 2006 e Dávila, 2005).

Tradicionalmente, a socialização política dos jovens foi abordada de forma limitada, supondo que eles não possuíam o desenvolvimento social e mental para uma inserção plena na vida política, sendo a maturação intelectual alcançada apenas na vida adulta. Essa visão contribuía para o afastamento dos jovens do meio político, gerando desvalorização e falta de representatividade (Abramo, 2014).

<sup>1</sup> Parte do projeto: “A participação política de estudantes secundaristas de 16 e 17 anos nas eleições municipais de 2024: o caso do IFSP campus Sertãozinho”, com financiamento do IFSP/CNPQ.

Nesse sentido, a compreensão do significado da juventude é essencial à formulação de leis e políticas públicas que promovam seu desenvolvimento integral e possibilitem sua transição à vida adulta, reconhecendo que esses sujeitos têm preocupação com futuro, mas também possuem necessidades presentes.

Sendo assim, desenvolvemos o projeto de pesquisa para contribuir com esse processo de formação cidadã e, em especial, para entender a dinâmica da participação política desse grupo no Brasil, particularmente nas eleições municipais de 2024.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Este estudo fundamenta-se em uma análise bibliográfica que contempla obras consideradas essenciais à compreensão do conceito de juventude. O material selecionado reúne produções de autores reconhecidos, cujas contribuições oferecem subsídios teóricos e históricos indispensáveis ao aprofundamento do tema. Ao priorizar textos de referência, busca-se garantir consistência à discussão e estabelecer um panorama crítico das principais abordagens que orientam o debate acadêmico sobre a juventude, sobretudo no que se refere a participação política desses sujeitos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise dos textos permitiu aprofundar a compreensão do conceito de juventude e suas interseções com a política e a sociedade.

No Brasil, o conceito mais amplamente aceito e utilizado de juventude – tanto legal quanto politicamente – é o estabelecido pelo Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013), que considera jovens as pessoas com 15 a 29 anos de idade. Essa definição não é apenas simbólica, por estar incorporada em uma lei federal, é balizadora de políticas públicas, garantindo direitos civis, sociais e culturais específicos para essa faixa etária (Freitas, 2005).

Contudo, como aponta Abramo (2005), há críticas a delimitações estritamente etárias, que reduzem a juventude a um recorte cronológico rígido, desconsiderando a complexidade das experiências sociais que a constituem. Nessa perspectiva, a juventude é compreendida menos como uma faixa de idade fixa e mais como uma etapa de transição entre adolescência e vida adulta, atravessada por processos de inserção social, cultural e econômica. Trata-se de um período marcado por experiências singulares, que variam conforme fatores como classe social, gênero, raça, território, acesso à educação, mercado de trabalho e redes de sociabilidade. Portanto, a juventude deve ser entendida como uma condição social heterogênea, e não como uma categoria meramente biológica, o que exige políticas públicas sensíveis às diferenças e atentas às desigualdades que atravessam essa fase da vida.

A esse respeito, nosso projeto adotou uma visão intermediária, a saber: aquela proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), que define como juventude a faixa etária de 15 a 24 anos. A escolha se justifica por duas razões principais. Em primeiro lugar, trata-se de um parâmetro amplamente reconhecido em pesquisas e relatórios internacionais, o que possibilita comparações consistentes com dados globais e favorece a inserção do estudo em um debate mais amplo. Em segundo lugar, essa delimitação permite distinguir de forma mais clara a juventude da adolescência e da vida adulta, destacando um período específico marcado por intensas transformações identitárias, sociais e institucionais. Dessa forma, ao adotar o recorte etário da ONU, o projeto não apenas se alinha a um referencial consolidado internacionalmente, mas também preserva a possibilidade de analisar a juventude como uma etapa singular de transição e construção de cidadania.

Solano e Rocha (2002) destacam a importância da pesquisa qualitativa para entender as percepções dos jovens sobre a política, privilegiando suas histórias e contextos. Fica evidente que não há uma visão única sobre a política entre esses sujeitos, sendo suas opiniões moldadas por experiências pessoais, histórico de vida e ambiente.

Castro (2009) aponta que há uma desconfiança geral no Brasil dos jovens em relação a política institucional. Essa desconfiança pode ser compreendida a partir de múltiplos fatores. Em primeiro lugar, há um histórico de descrédito das instituições políticas brasileiras, marcado por denúncias de corrupção, clientelismo e falta de transparência, o que reforça a percepção de que a política serve mais a interesses particulares do que ao bem comum. Além disso, a experiência cotidiana de muitos jovens com a precariedade dos serviços públicos – como saúde, educação, transporte e segurança – alimenta a sensação de distanciamento entre suas necessidades concretas e a consolidação das políticas públicas no país.

Em sua pesquisa recente, Gohn (2018) revela que os jovens veem os espaços formais de participação política, como partidos e parlamentos, como pouco permeáveis à renovação e à inclusão de novas vozes, o que contribui para um sentimento de exclusão geracional. Nesse sentido, os jovens tendem a buscar outras formas de engajamento político, como movimentos sociais, coletivos culturais, ativismo digital e manifestações públicas, nas quais percebem maior possibilidade de atuação efetiva e de transformação social.

Spósito e Carrano (2003), ao fazerem um balanço das políticas públicas para juventude, afirmam que o problema não está na falta ou inexistência dessas políticas, mas em sua efetivação. Salientam que a “baixa atividade coordenadora do governo federal em relação a seus programas e projetos” (Idem, p. 21) não constituíram uma totalidade orgânica “naquilo que se refere à sua focalização no segmento jovem” (Idem, p. 23), tampouco os registros sobre a avaliação e o acompanhamento gerencial das políticas foram efetivos.

Sobre isso, Lüchmann (2007) observa que a juventude contemporânea cresceu em um cenário em que políticas públicas voltadas especificamente para esse grupo já estavam em vigor, diferentemente das gerações anteriores que precisaram lutar por sua institucionalização. Essa realidade, embora represente um avanço, pode dificultar a percepção dos jovens acerca do processo histórico de mobilização e conquista que permitiu a consolidação desses direitos, levando a uma certa naturalização das garantias hoje existentes.

A necessidade de políticas transversais é destacada por Abramo (2005 e 2014). Reconhecendo a juventude como um grupo diverso que exige respostas integradas, considerando raça, gênero, orientação sexual e classe social, a autora enfatiza que ações fragmentadas e setoriais tendem a reproduzir desigualdades em vez de superá-las. Para Abramo, políticas voltadas à juventude devem articular diferentes áreas de modo a oferecer condições efetivas de inclusão e emancipação. Além disso, a autora ressalta a importância de construir tais políticas a partir do diálogo com os próprios jovens, garantindo que suas demandas e experiências sejam incorporadas aos processos decisórios. Dessa forma, a transversalidade não é apenas uma estratégia de gestão, mas também um princípio democrático que busca enfrentar as múltiplas formas de exclusão que atingem a juventude em sua heterogeneidade.

Como aponta Novaes (2006), é preciso reconhecer também a relação entre juventude e território, pois o local de moradia influencia as oportunidades e vivências, exigindo políticas públicas sensíveis às particularidades locais. A experiência juvenil não é homogênea: jovens que vivem em áreas periféricas, rurais ou em comunidades tradicionais enfrentam desafios distintos daqueles que residem em centros urbanos consolidados, incluindo diferenças no acesso à educação, ao trabalho, à saúde, à cultura e à mobilidade. Reconhecer essas desigualdades territoriais implica formular políticas capazes de dialogar com as realidades concretas dos jovens, promovendo estratégias que articulem desenvolvimento comunitário, participação social e garantia de direitos em nível local, regional e nacional.

Castro (2009) nos diz que é fundamental reconhecer que as políticas públicas e a própria participação cidadã só alcançarão efeitos concretos se a socialização política da juventude partir do pressuposto de que os jovens são sujeitos plenos, capazes de refletir criticamente e intervir sobre as estruturas institucionais do país. Isso significa superar visões que os tratam como meros receptores de ações ou como cidadãos em formação, valorizando-os, ao contrário, como protagonistas na construção democrática. Ao reconhecer sua capacidade de análise, decisão e mobilização, seremos capazes de criar um ambiente propício para que a juventude não apenas usufrua de direitos, mas também contribua ativamente para o aprimoramento das instituições e para a formulação de políticas que atendam às demandas coletivas.

## CONCLUSÕES

As obras analisadas, até o momento, nos permitem afirmar que, na atualidade, os jovens tendem a orientar sua atuação mais por interesses pessoais do que por imposições externas de caráter burocrático ou coercitivo. Seus engajamentos se direcionam sobretudo a demandas diretas, em vez de se apoiarem em uma noção de obrigação formal de participação. Isso ocorre porque as mensagens e formas de comunicação que dialogam diretamente com suas experiências e sensibilidades exercem maior poder de convencimento do que a persuasão impositiva proveniente das instâncias legítimas do Estado. Nesse contexto, a ação política deixa de se apoiar no consenso tradicional ou legalmente instituído e passa a depender de um processo contínuo de convencimento e ressonância simbólica.

No âmbito político, a juventude percebe de forma cada vez mais intensa as limitações da “máquina democrática” em atender plenamente às suas demandas. Em alguma medida, reconhece que o simples fato de suas necessidades serem identificadas não resultou no reconhecimento efetivo da legitimidade de suas reivindicações. Isso ocorre tanto porque as políticas públicas destinadas a esse grupo raramente alcançam a efetividade esperada. Soma-se a isso a dificuldade de parte dos jovens em compreender as bases sociais que estruturam sua própria formação política, assim como a ausência de ações estatais consistentes voltadas a deliberar sobre as novas demandas que emergem desse segmento.

Concluimos que a relação dos jovens com a política está em transformação; a desconfiança nas instituições não significa alienação, mas uma mudança na linguagem, espaço e formato do engajamento político.

É importante destacar, por fim, que a pesquisa ainda está em andamento (com previsão de término apenas em março de 2026) e outras referências serão incorporadas à discussão para ampliar o diálogo teórico, aprofundar a análise dos dados e enriquecer a compreensão acerca da relação entre juventude, participação política e formulação de políticas públicas.

## CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Todos os autores contribuíram com a seleção, a análise e a revisão do material da pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao IFSP pelo financiamento através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, M. V. (Org.). **Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais**. 2. ed. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ABRAMO, H. W. (Org.). **Estação juventude: conceitos fundamentais - ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude**. Brasília: SNJ, 2014.

BRASIL, Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013. Disponível em <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12852&ano=2013&ato=560ATWU50MVpWT43d>.

CASTRO, Lúcia Rabello de. Juventude e socialização política: atualizando o debate. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, vol. 25, nº 4, pp. 479-487, Dec., 2009.

DÁVILA LEÓN, O. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, M. V. (Org.). **Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais**. 2. ed. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

FREITAS, M. V. (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Jovens na política na atualidade – uma nova cultura de participação. *Caderno CRH*, Salvador, v. 31, n. 82, pp. 117-133, Jan./Abr, 2018.

LÜCHMANN, Lúcia Helena Hahn. **A representação no interior das Experiências de participação**. Lua Nova, São Paulo, 70, pp. 139-170, 2007.

NOVAES, R. R. Políticas de Juventude no Brasil: continuidades e rupturas. In: NOVAES, R. et al. **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: Unesco, 2006. p. 253-280.

ONU. **Convention on the Rights of the Child**. Nova York, 1989. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-rights-child>.

SOLANO, E.; ROCHA, C. (Coord.). **Juventudes e Democracia na América Latina**. Luminare, 2022.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, nº 24, pp. 16-39, Dec, 2003.